



DOSSIÊ: AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP: FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

Coalizão partidária na Guiné-Bissau: que leituras?

*Party Coalition in Guinea-Bissau: Which Perspectives?**Coalición partidista en Guinea-Bissau: ¿Cuáles son las lecturas?*

**Ricardo Ossagô de
Carvalho¹**

orcid.org/0000-0002-7574-7008
cienciapoliticohoje@unilab.edu.br

Paulo Anós Té²

orcid.org/0000-0003-3658-2359
pauloanoste0@gmail.com

Policarpo Gomes

Caomique³

orcid.org/0009-0004-6654-127X
gomespolistar@gmail.com

Recebido em: 29 set. 2023.

Aprovado em: 30 jul. 2024.

Publicado em: 04 dez. 2024.

Resumo: Este trabalho examina a formação e a manutenção das coalizões partidárias na Guiné-Bissau. Durante a transição ao multipartidarismo na década de 1990, o país testemunhou a formação de novos partidos políticos e, subsequentemente, as primeiras coalizões partidárias, com o objetivo de garantir um número suficiente de assentos para apoiar os projetos do governo no parlamento. Uma revisão da literatura revela que algumas coalizões contribuíram para a consolidação dos princípios democráticos e a estabilidade política no curto prazo, enquanto outras foram consideradas oportunistas, buscando ganhos próprios. Os resultados indicam que a formação e a eficácia das coalizões partidárias são influenciadas por diversos fatores, como a natureza do sistema político, o sistema eleitoral, as leis dos partidos políticos e das coalizões, fatores sociais e ideológicos, a personalidade dos líderes da coalizão e a institucionalização dos princípios democráticos. A influência dominante dos líderes e a fragilidade das estruturas dos partidos políticos afetam a institucionalização das coalizões e suas alianças políticas. Outrossim, a fragilidade econômica do País, especialmente na geração de oportunidades de trabalho, leva os partidos a formarem coalizões sem princípios na tentativa de manterem-se no governo para atender às suas demandas pessoais e partidárias. Portanto, é necessário um acordo de coalizão com políticas de governança claras, permitindo que as partes envolvidas adotem políticas comuns, garantindo consenso, objetivos e visões compartilhadas para manter a estabilidade governamental.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; coalizão partidária; partidos políticos; eleições.

Abstract: This study examines the formation and maintenance of party coalitions in Guinea-Bissau. During the transition to multipartism in the 1990s, the country witnessed the formation of new political parties and subsequently the first party coalitions, with the aim of ensuring a sufficient number of seats to support government projects in parliament. Empirical literature review reveals that some coalitions contributed to the consolidation of democratic principles and political stability in the short term, while others were considered opportunistic, seeking personal gains. The findings indicate that the formation and effectiveness of party coalitions are influenced by various factors, such as the nature of the political regime, the electoral system, the laws governing political parties and coalitions, social and ideological factors, the personality of coalition leaders, and the institutionalization of democratic principles. The influence of leaders and the fragility of party structures affect the institutionalization of coalitions and their political alliances. Moreover, the country's economic fragility, particularly in generating employment opportunities, leads parties to form principle-less coalitions in an attempt to stay in government and fulfill their personal and party demands. Therefore, a coalition agreement with clear governance policies is necessary, allowing the involved parties to adopt common policies, ensuring consensus, shared objectives, and visions to maintain governmental stability.

Keywords: Guinea-Bissau; Party Coalition; Political Parties; Elections.

Resumen: Ese trabajo examina la formación y permanencia de las coaliciones



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, Ceará, Brasil.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

partidistas em Guiné-Bissau. A lo largo de la transición hacia el multipartidismo, en los años 1990 del siglo pasado, el país ha sido testigo de la formación de nuevos partidos políticos, asimismo de las primeras coaliciones partidistas, con el objetivo de garantizar una cantidad suficiente de sillas para apoyar los proyectos del gobierno en el Parlamento. Una revisión de literatura revela que algunas coaliciones han contribuido para consolidar los principios democráticos y la estabilidad política a corto plazo, mientras otras fueron consideradas oportunistas, al buscar ganancias propias. Los resultados señalan que la formación y la eficacia de las coaliciones partidistas son influenciadas por diversos factores, como la naturaleza del régimen político, el sistema electoral, las leyes de los partidos políticos y de las coaliciones, factores sociales e ideológicos, la personalidad de los liderazgos de la coalición y la institucionalización de los principios democráticos. La influencia predominante de los liderazgos de la coalición y la debilidad de las estructuras de los partidos políticos afectan la institucionalización de las coaliciones y sus alianzas políticas. Igualmente, la fragilidad económica del país, especialmente para generar oportunidades de empleo, insta los partidos a formar coaliciones sin principios para intentar mantenerse en el gobierno para atender sus demandas personales y partidistas. Por lo tanto, se necesita un acuerdo de coalición con políticas de gobierno claras, lo que permite que las partes involucradas adopten políticas comunes, al garantizar el consenso, objetivos y visiones compartidas para mantener la estabilidad gubernamental.

Palabras clave: Guiné-Bissau; coalición partidista; partidos políticos; elecciones.

1 Introdução

A Guiné-Bissau está localizada na parte oeste do continente africano, com uma população estimada em cerca de 1,9 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2021), o que faz com que o País integre a lista dos Estados menos populosos do continente africano. Ao norte, limita-se com a República de Senegal; a leste e ao sul, com a República da Guiné-Conacri; a oeste, com o Oceano Atlântico. Embora tenha uma extensão territorial de 36.125 km², as inundações causadas pelas marés fluviais e o alagamento resultante das chuvas regulares e periódicas fazem com que apenas 24.800 km² da sua superfície total sejam habitáveis. Além da parte continental, acrescentam-se os arquipélagos dos Bijagós, com mais de 80 ilhas e ilhéus, algumas delas

desabitadas (Augel, 2007).

O País proclamou unilateralmente sua independência em 24 de setembro de 1973, tendo passado por fragilidades políticas e institucionais que remontam aos tempos mais sombrios da sua história. Desde sua independência, foram registrados quatro golpes de Estado⁴, mais de 16 tentativas de golpes, conspirações e execuções (Anós Té, 2023). Desde a instituição do pluralismo político em 1991 até as eleições presidenciais de 2019, José Mário Vaz foi o único Presidente a completar o mandato de cinco anos previsto na Constituição guineense. Todavia, o seu mandato foi marcado pelas mudanças sucessivas de governos, tendo nomeado nove primeiros-ministros nos quatro anos da nona legislatura (Anós Té, 2022).

Entre 1973 e 1993, a Guiné-Bissau foi governada por um regime de partido único sob a égide do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). Nesse ínterim, houve vários assassinatos, perseguições e acusações contra supostos adversários políticos. No prelúdio da década de 1990, foi realizada a liberalização política, o que permitiu a existência de outros partidos políticos legalizados, além do PAIGC.

O processo de formação de coalizões políticas na Guiné-Bissau é uma situação nova em comparação com outros países – como Brasil, Portugal, Senegal, entre outros –, e tornou-se mais visível nas eleições de 1999, quando nenhum dos partidos concorrentes conseguiu assegurar mais de 50% de cadeiras na Assembleia Nacional Popular (ANP) (Anós Té, 2023). Esse novo cenário marcou a emergência de disputas eleitorais democráticas e obrigou os partidos a fortalecerem os seus mecanismos de participação na política. Como resultado, eles entraram em negociações para garantir coalizões pré-eleitorais e pós-eleitorais.

Ao contrário do que aconteceu em Cabo Verde, onde a oposição se uniu em torno do Movimento para a Democracia, e em São Tomé e Príncipe,

⁴ O primeiro ocorreu em 1980, que depôs Luís Cabral da presidência. O segundo, após a democratização, em 1998-1999, derrubando João Bernardo Vieira (Nino), golpe que depois causou o conflito político-militar. O terceiro aconteceu em 2003, tendo afastado Kumba Yalá da presidência. O quarto se deu em 2009 e resultou na morte de alguns políticos, incluindo João Bernardo Vieira e Tagme Na Waie. E o quinto aconteceu em 2012, na véspera do prelúdio da campanha para o segundo turno das eleições presidenciais de 2012, tendo afastado do País Carlos Gomes Júnior, candidato mais votado no primeiro turno (Anós Té, 2023, p. 18).

onde a oposição concordou em se unir e se organizar, principalmente em torno da coalizão com o Partido da Convergência Democrática, na Guiné-Bissau a oposição foi marcada pela divisão durante e após as eleições de 1994. Até as vésperas das eleições gerais (legislativas e presidenciais) em 1994, os partidos de oposição se enxergavam como rivais políticos e não como grupos unidos em torno de um projeto político para competir com o PAIGC (Cardoso, 1995). Com isso, a oposição foi derrotada, tendo alcançado apenas 38% dos assentos na ANP, e o PAIGC, 62% (Anós Té, 2023).

Desde então, testemunharam-se formação e decadência de várias coalizões partidárias, incluindo as coalizações feitas pelo próprio PAIGC, e nenhuma delas conseguiu sobreviver durante um mandato de quatro anos. No entanto, essa relação interpartidária ainda não foi abordada de maneira completa, abrangente e eclética. Por isso, neste estudo, busca-se problematizar essa questão. O *corpus* da nossa análise foi coletado em uma base de dados bibliográficos e documentais sobre o assunto.

Isto posto, o presente estudo está dividido em quatro tópicos, além da introdução e conclusão: 1) teorias das coalizões partidárias; 2) origem das oposições guineenses; 3) interpretações das coalizões; e 4) papel dos partidos políticos na Guiné-Bissau. O texto é orientado por quatro categorias principais: a) tamanho ou orientação para cargos; b) modelos orientados para a política; c) neoinstitucionalismo; d) modelo orientado para os atores.

2 Teorias das coalizões partidárias: qual a explicação para a Guiné-Bissau?

Os estudos sobre as coalizões partidárias na Guiné-Bissau são poucos, pois alguns trabalhos apenas fizeram uma pequena abordagem sobre o assunto (Fernandes, 1994; Rudebeck, 1997) relativamente às primeiras eleições gerais de 1994. Após isso, pouco se tem abordado sobre o fenômeno. Com base na existência de poucos estudos, desenvolveu-se um estudo comparativo, baseado em casos oriundos de diferentes

contextos das coalizões partidárias, visando explicar o comportamento político das coalizões na Guiné-Bissau. Contudo, vale deixar um acatamento preciso: não foi feita uma transposição dos conceitos, mas, sim, uma análise cuidadosa para analisar o contexto da Guiné-Bissau.

A coalização é compreendida como uma associação de dois ou mais partidos para fins eleitorais. Conforme Kadima (2006b), foram destacadas duas teorias sobre as coalizões: as do tamanho da ideologia, que surgiram no final de década de 1960 e início de 1970, divididas em orientadas para o escritório e orientadas para a política; e o novo institucionalismo, na década de 1980, focando as suas análises em compreender como as instituições moldam e possibilitam a sobrevivência das coalizões.

As teorias de coalizões com viés para o escritório baseiam-se no pressuposto de que o objetivo principal dos partidos políticos é o acesso ao poder político. É, por isso, que essas teorias são conhecidas como *office-seeking* ("procura de cargos") ou *office-oriented* ("orientadas para o escritório"). Os defensores da teoria argumentam que a formação do governo é marcada pela possibilidade de ganha-perde, no qual as pastas ministeriais são tidas como uma recompensa (Kadima, 2006b).

Portanto, se o mais crucial para os partidos é ter o controle de algumas pastas ministeriais, uma coalizão majoritária no parlamento não aceitaria a existência de um governo minoritário. Por isso, assumiria a formação do governo e a distribuição dos gabinetes, conforme os pesos dos partidos que fazem parte da aliança entre eles (Kadima, 2006b), enquanto a categoria orientada para a política espera que os partidos da coalização deem preferência à coalizão que seja ideologicamente coesa tanto quanto possível ou o mais próximo possível a sua própria aspiração, ou posição política (Steunenbergh, 1992).

Outros estudos afirmam que as coalizões devem ser compostas por um menor número possível de partidos políticos – o necessário para aprovar os seus instrumentos governativos no parlamento, pois, tendo poucos partidos na

coalizão, torna-se fácil gerenciá-la e chegar a um consenso político sobre uma determinada matéria. Os estudos de Deemen e Vergunst (1998) afirmam que, quando é assim, o maior partido com os assentos no parlamento é central nas negociações dos acordos partidários e não pode ser facilmente excluído do cargo. Essa teoria sustenta que as políticas da coalização são afirmadas por objetivos políticos e também pela busca de cargos políticos, buscando maximizar os seus benefícios e minimizar os custos da negociação, formando apenas coligações ideologicamente verossímeis (Kadima, 2006b).

Com isso, pode-se inferir que nem sempre a maximização e/ou a minimização dos benefícios é a única categoria que explica a composição das coalizões partidárias (Souza, 2006). No caso da Guiné-Bissau, essas categorias são importantes para explicar em parte as coalizões, dado que esses partidos ideologicamente não estão ligados e não se coalizam para ampliar as suas propostas ideológicas, mas, sim, em algumas circunstâncias, dividir as pastas ministeriais e, sobretudo, buscar quaisquer arranjos, mesmo que inconstitucionais, para formar e manter sua sobrevivência política.

No início da década de 1980, a explicação da formação da coalizão, baseada no papel do tamanho da ideologia, foi parcialmente aceita, pois surgiram também as novas teorias institucionalistas que analisavam o papel das instituições na estruturação da coalizão e a sua sobrevivência política. Com essa abordagem, consideram-se as regras e normas que regulamentam a tomada de decisão no governo⁵.

Com isso, três pressupostos são importantes para o efeito: o primeiro refere-se ao poder do formador (candidato a primeiro-ministro, geralmente do maior partido) de colocar em discussão os possíveis objetos da negociação antes dos da coalizão; o segundo é a capacidade dos primeiros-ministros em exercício e dos parceiros da coalizão de fazer a formação do governo a seu favor (Kadima, 2006b) – como terceiro pressuposto, alguns estudos são orientados ao ator:

acredita-se que os atores poderosos no cenário político podem afetar a formação de coalizão e a sua viabilidade no futuro (Steunenberg, 1992).

Tendo experiências baseadas nos países com regimes parlamentares da Europa e alguns países africanos, essas teorias se aplicam em alguns contextos africanos, mas em muitos outros têm pouca relevância. A teoria da busca por cargos parece ser a mais adequada para ser aplicada na Guiné-Bissau, onde a ocupação de ministérios no governo, assentos no parlamento, posições no corpo diplomático e outras funções importantes constituem elementos centrais das alianças, servindo como canal para acessar cargos políticos. Por isso, a diferenciação ideológica é praticamente inexistente, tornando-se difícil diferenciar os partidos políticos no espectro ideológico (se são de direita, esquerda ou centro-esquerda).

Olhando para as políticas das coalizões dos partidos políticos na África, Denis Kadima (2006a), no seu texto "*African Party alliances: comparisons, onclusions and lessons*", aduz que a falta ou inadequação de mecanismos de gestão de conflitos partidários, ou das alianças, tem frequentemente exacerbado uma situação de conflito entre os partidos. Por isso, as coalizões partidárias têm tido efeitos de fragmentação do sistema partidário: os políticos deixam frequentemente os seus "partidos", formando novos partidos como estratégia para tornar-se mais atraentes no cenário político na condição de parceiros de coalizão. Esse processo explica de forma parcial a realidade guineense, dado que, num país como a Guiné-Bissau, formam-se aproximadamente dois partidos políticos por ano.

Na Guiné-Bissau, há possibilidade da coalizão pré-eleitoral e pós-eleitoral. No último caso, os partidos podem fazê-la quando não há partido com a maioria absoluta no parlamento. Na circunstância, os partidos tendem a fazê-la para aprovar os seus instrumentos governativos. Quanto ao pós-eleitoral, a teoria de que o partido com maior número de assentos parlamentares é crucial nas negociações é problemática na

⁵ Sobre o neoinstitucionalismo, cf. Peres (2008).

Guiné-Bissau. Na maioria dos casos de coalizão pós-eleitoral, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), mesmo tendo maior número de mandatos do que os outros no parlamento, foi excluído do governo por uma coalizão dos partidos com menor número de assentos.

Esse foi o caso da coalizão dos 15 deputados que se juntaram ao Partido da Renovação Social (PRS) em 2015 e, novamente em 2020, quando o PRS, a Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB) e o Movimento de Alternância Democrática (MA-DEM-G15) coligaram, deixando o PAIGC fora da aliança, mesmo este último tendo maioria relativa no parlamento.

Por isso, a teoria supracitada apresenta limitações no contexto guineense, pois as coalizões são essencialmente afetadas por fatores como a não institucionalização da democracia, a personificação e a divinização do poder por parte dos fundadores dos partidos, as fraquezas na institucionalização dos partidos, a pobreza, entre outros. Estudar as coalizões na Guiné-Bissau com base nas teorias mencionadas pode levar a conclusões superficiais, embora se reconheça a importância de tais teorias.

3 Gênese das oposições guineenses

A gênese dos partidos de oposição na Guiné-Bissau não pode ser compreendida exclusivamente a partir da liberalização econômica e política na década de 1980-1990. O seu surgimento esteve ligado às falhas cometidas pelo PAIGC ao buscar legitimidade e estabelecer um monopólio histórico. Segundo Anós Té (2023) e Fernandes (1994), podem ser identificados três elementos importantes na formação dos partidos políticos no contexto guineense: a) a existência de partidos políticos antes da independência, que foram proibidos após o estabelecimento do PAIGC como partido-Estado; b) partidos formados por pessoas que tinham vínculo com partidos já existentes; c) partidos formados por membros que não tinham vínculos com partidos existentes.

Nas áreas libertadas, o PAIGC buscou a le-

gitimidade histórica e exerceu um controle abrangente sobre a sociedade, a saúde e outros setores. O partido se estabeleceu como um partido-Estado, atuando de forma “onipresente” em todas as dimensões: econômicas, políticas, sociais e culturais. Essa prática marcou o monopólio do Estado e, sobretudo, a criação de uma sociedade dosada por meio de uma política de unanimidade e não de consenso (Anós Té; Candé Monteiro, 2023). Essa situação de monopolização levou o partido a cometer várias atrocidades políticas, econômicas e sociais. Sobre isso, pode-se dizer que,

[...] dentre estes erros contam-se o desrespeito e a perseguição das estruturas e autoridades tradicionais. Fiel às orientações seguidas nas zonas libertadas, e à semelhança do que aconteceu em Angola e Moçambique, o PAIGC manteve uma estrutura de poder fortemente centralizada, pretendendo assegurar o controle e a gestão de toda a vida das populações. Juntamente com este Estado que mantinha um controle sobre tudo, criou-se uma classe de dirigentes que monopolizava todo o poder. As instituições político-administrativas e judiciárias como os comitês de partido e Estado e os Tribunais populares que em princípio deviam assegurar o exercício do poder pelo povo, acabaram por se transformar em instrumentos de dominação e de repressão de uma minoria – a nomenclatura – sobre uma maioria. Os órgãos de soberania popular foram esvaziados do seu verdadeiro conteúdo e passaram a exercer essencialmente uma função legitimadora de um poder ditatorial (Cardoso, 1995, p. 271).

Com isso, as estruturas tradicionais, os comandos africanos e ex-agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que lutaram ao lado dos exércitos portugueses foram atacados pelo partido, e alguns foram fuzilados (Anós Té; Candé Monteiro, 2023; Fernandes, 1994). Essa situação provocou ressentimento nas estruturas familiares daqueles que testemunharam suas famílias sendo executadas por suposta traição à pátria (Cardoso, 1995). A negligência do PAIGC em relação a outras personalidades políticas, a perseguição, execuções, prisões arbitrárias, vigilância e autovigilância fizeram com que algumas pessoas deixassem o País, constituindo um dos primeiros grupos de oposição ao PAIGC, tanto em Portugal quanto na Guiné-Bissau (Anós Té, 2023).

Outrossim, a situação social, política e, so-

bretudo, econômica não era favorável ao desenvolvimento guineense, uma vez que o País gastava mais do que arrecadava, resultando em um aumento crescente da inflação e da dívida externa (Lopes, 1987). Em consonância com isso, pessoas com pouca formação e preparação foram elevadas a cargos de alto nível na administração nacional (Zeverino, 2005). Esses novos pequeno-burgueses geralmente eram tecnicamente incompetentes e muitas vezes politicamente inexperientes, seu peso era significativo nas estruturas do partido e na burocracia do País (Lopes, 1987).

A queda dos artigos IV e VI da Constituição de 1984, em 4 de maio de 1991, abriu caminho para a formação de partidos políticos de oposição (Anós Té; Candé Monteiro, 2023). Inicialmente, eram exigidas 5 mil assinaturas, pelo menos 400 coletadas em cada região do País. No entanto, apenas quatro dias após a queda dos referidos artigos, a Assembleia Nacional Popular (ANP) votou sobre as assinaturas, reduzindo o número para 2 mil, com pelo menos 100 de cada região. A justificativa era evitar, teoricamente, comportamentos etnopolíticos e/ou etnorreligiosos (Anós Té, 2023; Fernandes, 1994).

A mudança da lei eleitoral permitiu a legalização dos outros partidos políticos pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que atua como Supremo Tribunal Eleitoral e/ou Tribunal Constitucional. Com exceção da Resistência da Guiné-Bissau/ Movimento Bafatá (RGB/MB) e da Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), que foram organizados antes da queda dos artigos IV e VI, os demais partidos foram criados e legalizados após esse evento (Fernandes, 1994). No entanto, ainda estava longe de ocorrer uma verdadeira democratização da sociedade e da vida política, visto que os partidos políticos

[...] não estavam à altura de exercer atividades políticas sérias devido à sua fragilidade em termos econômicos que não lhes permitia uma implementação mais alargada a nível nacional. Os partidos políticos acusavam falta de poder de organização e falta de maturidade. Mais: alguns deles nem de sede dispunham. No fundo eram grupos de indivíduos com certos interesses e intenções políticas por vezes mal

estruturadas, pouco claras e pouco convincentes. Muito cedo a crise generalizada começou a abalar a já débil estrutura de alguns deles (Cardoso, 2000, p. 131).

Conflitos e cisões internas caracterizaram a atuação de muitos partidos. Por exemplo, o RGB/MB, a UM, o FLING e o próprio PAIGC, todos eles começaram a sentir os efeitos da tal desorganização partidária (Cardoso, 1995; Cardoso, 2000).

Nos dias que correm, encontram-se legalizados mais de 50 partidos políticos num território com menos de 3 milhões de habitantes. Entre os partidos criados após a queda dos dois artigos, destacam-se: Frente Democrático (FD), Frente Democrático Social (FDS), Partido da Renovação Social (PRS), Liga de Proteção Ecológica (LIPE), Partido de Convergência Democrática (PCD), Partido Democrático do Progresso (PDP), Partido Unido Social Democrático (PUSD), Fórum Cívico Guineense Social Democracia (FGC/SD), Movimento de Unidade para a Democracia (MUDe), entre outros⁶.

Apesar da existência de séries de partidos políticos, em termos ideológicos, nos primeiros anos da abertura política e até hoje (2024),

[...] não é possível distinguir entre os partidos políticos da Guiné-Bissau estudando somente os seus programas. As palavras de ordem são quase idênticas em todos os partidos. Tanto o PAIGC como os partidos da oposição proclamam a democracia e os direitos humanos, e a economia de mercado sob uma responsabilidade social. Contudo, é evidente que existem tonalidades diferentes (Rudebeck, 1997, p. 13).

Esses partidos políticos, conforme Fernandes (1994), apesar de os seus programas terem algumas similitudes, eles eram diferentes quer na sua estrutura social, quer na sua trajetória política, porém, em termos ideológicos, era pouco possível diferenciá-los. Essas diferenças evidenciam dois fatores principais: o histórico, com duas perspectivas: os que nasceram do PAIGC e os que surgiram fora dele, no entanto, de forma diferente; e o sociológico, partidos de oposição que recrutam junto aos quadros das classes populares e aos quadros da administração seus

⁶ Para mais informações, cf. Anós Té (2023, p. 98) e Rudebeck (1997, p. 13 et seq.).

membros, militantes e simpatizantes.

4 Papel dos partidos políticos na Guiné-Bissau

A discussão sobre o papel dos partidos políticos na instituição democrática da Guiné-Bissau leva-nos, primeiramente, a refletir sobre diferentes debates, conceitos e concepções do Estado democrático. Isso porque a modernidade trouxe consigo o império da lei, baseado nas normas de poder que regulam a sociedade. Os países modernos desenvolveram-se à medida que possam garantir direitos legais e liberdades individuais aos cidadãos.

Desde a implementação do pluralismo político em 1991, a Guiné-Bissau tem experimentado sucessivas instabilidades político-governativas, assassinatos, golpes de Estado, má gestão das coisas públicas, desrespeito pelas leis, ou seja, para Carvalho (2014), instabilidade é uma regra na Guiné-Bissau, com impactos desastrosos para a população, que se sente frustrada com a governança do País. Esses fenômenos têm uma relação direta com os sentimentos do povo quanto aos partidos políticos, pois estes são apontados como parte do problema das sucessivas instabilidades guineenses, tendo gerado a crise de legitimidade (Anós Té, 2022).

Os partidos políticos têm a responsabilidade de garantir o funcionamento das instituições do Estado. No entanto, essas instituições podem não servir como elo entre a sociedade e o Estado. No caso da Guiné-Bissau, os princípios democráticos e os estatutos dos partidos são constantemente violados, o que leva às lutas individuais, aos conflitos de interesses entre os dirigentes, à divisão de diferentes origens e diversidades sociais, à violação de cláusula dos acordos entre os partidos e entre outras violações.

Com a institucionalização do pluripartidarismo em 1991, as configurações dos partidos políticos têm mudado, mas os partidos concordam com a essência da conservação do poder. Logo, cabe ressaltar a formação do primeiro governo pós-eleição pluripartidária pelos partidos e trazer à tona as tensões geradas nas coligações seguidas.

Para além disso, observa-se o impacto causado na (des)estabilidade política do País. Certamente, as estruturas políticas dos partidos são desafiadas pelas diferentes demandas dos grupos que as compõem e pelos desafios do país. Esse fato pode acarretar um impasse partidário, e este poderá intensificar-se no período de crises partidárias e intrapartidárias. As consequências dessas crises podem ser manifestadas no próprio Estado, ou seja, as crises, por exemplo, do PAIGC, são geralmente transferidas para o Estado, levando a uma série de falta de consensos políticos entre os atores (Anós Té, 2023). Com isso, M'bunde (2017, p. 45) aduz:

[...] a proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu abertura a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da primeira década de 2000. Esse quadro político caótico será caracterizado por vários episódios de interrupções do normal funcionamento da vida política e institucional do país. O referido círculo vicioso de instabilidade política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo de destituições de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares. Este cenário político, cuja permanência tem comprometido a governabilidade e contribuído muito para a constante ruptura democrática neste país africano de língua oficial portuguesa, pode ser compreendido a partir de causas exógenas ao sistema partidário, como também pode-se buscar elementos no âmbito de relações intra e interpartidárias para explicá-lo.

A crise, portanto, tornou-se uma regra, sempre com os políticos e militares em primeiro plano (Carvalho, 2014). No entanto, aos olhos dos guineenses, essa crise se transformou em uma crise relacionada aos problemas fundamentais da democracia, de desenvolvimento nacional, de pluralidade de opiniões, de assassinatos e de perseguições políticas, pois, conforme Carvalho (2014), a democracia não institucionalizada foi aceita para que o País pudesse receber as "ajudas" internacionais, como do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), porém revelou-se insuficiente para criar instituições democráticas fortes. Anós Té e Silva (2023) chamam-na de moedamocracia, ou seja, o que importava era os valores monetários prometidos

pelos organismos internacionais. Assim, a implementação da democracia não conseguiu resolver a grande parte dos problemas guineenses, mas trouxe novas formas de fazer a política e luta pelo poder em que a violência ou a arma são válidas: da corrupção ao nepotismo, da instrumentalização étnica à religiosa, das perseguições políticas aos assassinatos, das intencionalidades aos golpes de Estado.

Apesar do processo da democratização, o PAIGC não aceitou a participação de outros partidos políticos e a descentralização do poder que a acompanhou durante o regime do partido único, mesmo tendo sido apenas o partido governamental (Cardoso, 1995; Rudebeck, 1997). O partido mantém uma abordagem ditatorial e, em alguns casos, até recorre ao uso de armas, como a espingarda. Conforme os autores, a relação entre o partido único e as novas oposições foi extremamente agitada, o que levou a adiamentos frequentes das primeiras eleições gerais.

Na perspectiva de Koudawo (2001), os confrontos entre o partido no poder e a oposição recém-legalizada indicam que o PAIGC não estava disposto a realizar uma abertura clara e não respeitava as regras do jogo democrático. Isso significa que os partidos políticos que experimentaram um regime de partido único não aceitavam um sistema que permitisse disputas de poder. Essa postura também foi observada em Moçambique, com a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), e em Angola, com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), onde os partidos que lideraram a luta pela independência nos países africanos de língua portuguesa não estavam interessados em abraçar o pluralismo político, após as independências, justificando que o pluralismo colocaria em causa a unidade nacional⁷.

Por outro lado, Cardoso (1995) ressalta que a oposição guineense estava enfraquecida, pois havia doze forças partidárias na Guiné-Bissau à época. Em vez de se unirem para desestabilizar o PAIGC, esses partidos acabaram entrando

em confronto uns com os outros. Assim, nas primeiras eleições legislativas organizadas em 1994, foi formada uma coligação pré-eleitoral chamada União para Mudança (UM) que reuniu seis partidos: Frente Democrático (FD), Frente Democrática Social (FDS), Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE), Movimento para a União e o Desenvolvimento (MUDe), Partido Democrático do Progresso (PPD) e Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD). No entanto, devido às ambições hegemônicas de seus líderes, esses partidos e as respectivas alianças não foram muito longe. Todavia, segundo Cardoso, "alguns partidos, como o PCD e o Movimento Bafatá (MB), as duas forças partidárias mais proeminentes, se percebem mais como adversários políticos do que como parte da mesma luta" (1995, p. 33).

Djaló (2020, p. 20) enfatiza que

[...] o mandato do PAIGC não conseguiu trazer as mudanças socioeconômicas para o país, e além disso, também inverteu o plano de desenvolvimento planejado pelo Amílcar Cabral, que propunha o desenvolvimento das agriculturas locais, para extinguir a pobreza. Estes chegaram ao poder optaram por criar as indústrias. Portanto, partido-Estado acabou por cair nos erros de imitabilidade dos métodos de desenvolvimento dos países capitalistas. Entretanto, esses métodos não tiveram sucessos e obrigou a Guiné-Bissau a cair nas dívidas elevadas.

O que se nota é que a Guiné-Bissau, desde o início da criação dos partidos até o presente (2024), encontra-se em dúvida em relação aos objetivos que deve atingir. Ao encontro do que foi exposto, Djaló (2020) salienta que o País se tornou refém da classe política e militar. Em consequência desse fato, líderes políticos com apoio dos militares fomentam a instabilidade no País. O dever seria de garantir elementos básicos, como educação, saúde, segurança, infraestrutura e emprego, porém, esses são setores dos mais ignorados pela classe política.

O partido político é protagonista do Estado, sua mediação é irremovível e tendencialmente exclusiva na representação política global, ainda porque o mandato exercido pelos parlamentares

⁷ Alguns dos argumentos apresentados pelos líderes africanos para adoção do regime do partido único podem ser consultados em Anós Té e Candé Monteiro (2023, p. 1-2).

é condicionado pelas diretivas partidárias. Logo, além de incorporar os eleitores ao quadro das preferências ideológicas, os partidos políticos, elementos básicos das pessoas em torno da mesma ideologia que espalham, dão uma previsibilidade de suas decisões quando no exercício de um poder político.

Barber (2019, p. 135-136) destaca quatro papéis importantes dos partidos políticos no Estado moderno e representativo:

a) Eles fornecem estruturas dentro das quais as pessoas com visões amplamente semelhantes podem discutir políticas e trabalhar em conjunto para produzir plataformas políticas coerentes. É improvável que um membro de um partido político tenha opiniões informadas sobre o todo gama de atividades do estado, da saúde à defesa, da educação às relações internacionais. Trabalhando com os outros permite que um membro do grupo seja parte de um processo que produz uma política de forma completa que varia em toda a disseminação do governo. b) Os partidos permitem o controle democrático da administração, pois admitem que o lado democrático da estrutura organize um conjunto de pessoas que possam supervisionar o ramo administrativo, pondo em vigor as decisões do legislativo. Nos sistemas presidencial e parlamentar, o partido age como uma ligação entre o executivo e a legislativo. c) Contribuem para o funcionamento das eleições dentro do Estado, especialmente quando são grandes demais. Os partidos colaboram para todos eleitores conhecerem os candidatos a eleição bem o suficiente para julgar suas propostas, suas carreiras, seus pontos de vistas. d) Finalmente, os partidos políticos fornecem um canal para o engajamento público na política entre as eleições. Uma das críticas recorrentes à democracia representativa é que ela só permite o envolvimento público em época de eleição. Essa preocupação pode ser mitigada pelo desejo dos representantes de serem reeleitos. Eles precisarão justificar suas ações ao seu eleitorado, logo as estruturas partidárias fornecem um meio para os cidadãos contornar seus representantes locais e se envolver diretamente com a política.

Há muitas razões legais, sociais e políticas que tornam os partidos políticos pertinentes à representatividade da população de forma liberal. Trata-se de uma conquista política relativa à representação do povo, nos órgãos do poder do Estado, especialmente, dada uma sociedade cada vez mais diversificada. As pessoas precisam de uma democracia representativa indireta, cujas vezes passem pelas instituições e tenham uma

declaração duradoura.

Segundo Mezzaroba (2001, p. 38),

[...] os partidos políticos apresentam-se como instituições políticas, compostas por grupos sociais livres, sendo seus membros unidos por "uma ação política comum delimitada por uma determinada ideologia e orientação". Os partidos políticos são o produto da representação e, ao mesmo tempo, buscam representar as "diferentes correntes do espírito político, que animam a vida do povo dentro da ordenação jurídica e constitucional". Por outro lado, as facções representam a deformação dos partidos, sua forma degenerada. Enquanto os partidos buscariam o aperfeiçoamento do Estado, as facções o destruiriam. Enquanto a "construção progressiva do Estado é obra dos partidos, [...] a desintegração do Estado revela ser tipicamente atividade das facções".

Na leitura de Mezzaroba (2001, p. 38), se um partido tenta subordinar os interesses nacionais aos seus interesses específicos, deixa de atuar como partido para assumir a função de facção; porque, para ele, via de regra, "[...] a facção não tem por objetivo servir ao Estado, mas, simplesmente fazer com que o Estado a sirva. Isto é, a facção não tem como finalidade servir aos interesses comuns [...]", mas somente aos seus próprios interesses egoísticos.

Em relação aos atritos dos partidos políticos, Michels (1982) enfatizou alguns conflitos internos ao partido, porém mostrou que, em "luta de classes", a verdadeira palavra política é a da preocupação a serviço do bem comum de todos e não a da política de interesses pessoais. Muitas das vezes, aquilo que se constata na Guiné-Bissau é totalmente diferente em relação ao sentido da palavra política; o que se percebe é que os políticos fazem a política para atender os seus interesses pessoais e partidários, carecem de ideologias, mudando, portanto, conforme as circunstâncias políticas.

Michels desenvolveu a seguinte ideia:

[...] na arena dos combates políticos, sociais e culturais entrou um terceiro elemento, nascido de fato dos interesses e dos sentimentos, mas que em grande medida, na sua estrutura e nos seus objetivos, se assemelha ao Estado, de tal modo que pode ser entendido como uma espécie de Estado individualizado ou como um Estado dentro do Estado. Este novo elemento, que representa um significativo coeficiente

da história contemporânea, é hoje o partido político (1982, p. 9-10).

Dessa forma, a realização da promessa da democracia tornou-se uma meta programática inerente a algumas organizações partidárias. Afinal, conforme salienta García-Pelayo (1987, p. 481), só os partidos podem cumprir a função de transformar as orientações e atitudes políticas vividas por certos setores da sociedade em programas de políticas nacional, e também só os partidos podem "converter as necessidades expressas ou latentes e os desejos mais ou menos difusos de parcelas da população em pretensões precisas e concretas" a serem realizadas pelos poderes públicos.

Destarte, os partidos políticos na Guiné-Bissau ocupam uma esfera importante na sociedade atualmente, independentemente de um clima de insegurança e impotência, além de serem reféns de uma classe política castrense dividida. Para Koudawo (2001), porém, mesmo assim, eles desempenham as funções que permitem às populações expressarem as suas opiniões nas urnas por meio dos votos, como visa a democracia.

Uma vez que um partido político nasce, é necessário colocá-lo em ordem. Isto é, um partido será uma das formas representativas utilizadas pela sociedade. Portanto, os princípios organizadores devem ser considerados uma condição absoluta para a luta política das massas (Michels, 1982). O partido delega algumas tarefas que representam as aspirações do povo, e a organização surge para igualar os cidadãos envolvidos. Para o autor, uma organização forte exige, por razões tanto de técnica administrativa quanto de tática, uma direção igualmente forte. Os partidos políticos devem ter um número considerável de pessoas que lhes servem; essas pessoas se dedicarão a ajudar os próprios representantes do partido. No entanto, é preciso ressaltar que a quantidade de indivíduos que se importa com questões relativas à sociedade é muito pequena.

Para Michels (1982, p. 27),

[...] não é exagero afirmar que entre os cidadãos dotados de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos as-

suntos públicos é insignificante. Na maioria dos indivíduos, é muito pouco desenvolvida a consciência das íntimas relações existentes entre o bem individual e o bem coletivo. A maior parte deles não tem a menor suspeita das influências e das reações que os assuntos desse organismo a que chamamos Estado podem exercer nos seus interesses particulares, na sua prosperidade e na sua vida.

Esse falta de interesse acaba levando as organizações partidárias a ficarem presas em um fator: as decisões são tomadas por um pequeno número de pessoas. Os membros, apesar de poucos, podem tornar-se dirigentes do partido, usando todos os meios constitucionais ou não constitucionais para conquistar o poder. Segundo Michels (1982), uma vez este conquistado, é desafio do eleito a manutenção do poder adquirido e, portanto, os partidos políticos podem comportar-se de forma oligarca. Nesse sentido, o autor afirma que "[...] toda organização partidária representa uma poderosa oligarquia que repousa sobre uma base democrática. Encontram-se em toda parte eleitores e eleitos. Mas encontra-se também um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que os elegem" (Michels, 1982, p. 247).

Os partidos políticos também são guiados pela ideologia, pois não definem a identidade dos partidos sobre organização. Mas, sim, é a partir das ideias do partido, e quando isso acontece, que os líderes têm a responsabilidade de colocar suas estratégias, como a de incentivar seus colegas e o público a agirem de uma maneira ou outra. Além disso, os líderes têm a tarefa de manter o partido político em certa estabilidade: "[...] a permanência no tempo de certa ordem organizativa depende do sucesso do acordo entre o objetivo de estabilidade dos líderes e os outros inúmeros objetivos que podem ser alcançados no interior da organização" (Panebianco, 2005, p. 87).

Toda organização tem uma estrutura, uma base que a sustenta, e nenhum partido político é diferente. Porém, "[...] cada partido político possui a sua especificidade e personalidade, o que significa que a questão estrutural se modifica de acordo com cada um. Há necessidade de uma organização e de uma estrutura que seja capaz

de assegurar o bom funcionamento do partido adequadamente nas disputas eleitoras” (Duverger, 1970, p. 26).

Segundo Duverger (1970, p. 100),

[...] os partidos políticos possuem tipologias que diferem a partir de sua estrutura. O primeiro tipo é denominado partido de quadros. Os princípios e características desse modelo nasceram no início do século XIX. Nesse caso, o partido de quadros busca somar em sua base pessoas que são consideradas notáveis e capazes de levar o partido a vitória eleitoral. Desta forma, está conectado com as classes dominantes, isto é, com as elites sociais que auxiliam em campanhas eleitorais. Aqui, a qualidade importante mais que tudo: amplitude do prestígio, habilidade da técnica, importância da fortuna. O segundo tipo destacado pelo autor é o partido de massas. Tal modelo surgiu no final do mesmo século e possui maior aceitação e afinidade por parte da população. Desse modo, conta com pessoas altamente interessadas em participar da política e que contribuem com as ações do partido, ou seja, está diretamente ligado com as classes populares. Sendo assim, o que os partidos de massas obtêm pelo número, os partidos de quadros obtêm pela escolha.

No caso da Guiné-Bissau, os partidos políticos se remodelaram ao longo dos anos. As suas estruturas organizativas não permanecem as mesmas, assim como suas formas de representatividade e de membros. As organizações partidárias nesse país têm crescido nestes últimos anos em busca de poder, adicionando mais eleitores aos seus partidos ou perdendo-os. A respeito disso, a transformação que ocorre nos partidos políticos, hoje, não se dá só dentro da organização, mas, sim, de modo geral. Dessa forma, “[...] os partidos buscam mais a competição, causando assim um nível elevado de atividades nas políticas. Há uma flexibilidade para abraçar a mudança e conquistar novos eleitores, para tornarem os partidos políticos que são pensados como organizações que andam de mãos dadas com a modernidade” (Dahl, 1997, p. 33).

Diante do que já foi mencionado, percebe-se que, no decorrer da história, os partidos se distanciaram de suas características essenciais – elo entre a sociedade e o Estado –, gerando uma maior desconfiança nas instituições partidárias. Parece que a intenção inicial de representativi-

dade política vinculada aos partidos se perdeu com o tempo e está cada vez mais difícil de a recuperar. Observando a organização dos partidos políticos, cabe também analisar o papel desses partidos políticos que, idealmente, representam o povo.

Na Guiné-Bissau, as mudanças constitucionais que têm confrontado a autonomia das instituições e aumentado o poder dos governantes levaram a perda de valores democráticos e a desconfianças nas instituições partidárias, gerando descrédito nos partidos políticos (Anós Té, 2022). Cientes dessa situação e do ceticismo popular em relação à eficiência da democracia, os políticos relegam a democracia ao segundo plano para fazer valer os seus interesses partidários.

5 Quais as leituras das coalizões possíveis na Guiné-Bissau?

As coalizões partidárias na Guiné-Bissau não têm sido um elemento importante na estabilidade política do País, pois têm afetado a governança, a estabilidade governativa, as políticas públicas e econômicas. O País, desde o pluralismo político em 1991 e, conseqüentemente, com as primeiras eleições multipartidárias de 1994, tem experienciado um cenário político marcado por instabilidades e sucessivas mudanças de governos, muitos deles medidos por coalizões partidárias.

O sistema político guineense é constituído por pelo menos sete subsistemas: 1) sistema político (democrático); 2) forma de governo (republicana); 3) sistema de governo (semipresidencial); 4) forma de organização do Estado (unitário); 5) Poder Legislativo (unicameral, chamado de Assembleia Nacional Popular ‘ANP’); 6) sistema partidário (multipartidarismo); 7) sistemas eleitorais (proporcional e majoritário) – o Presidente da República (PR) é eleito segundo o sistema majoritário de duas voltas e a conversão dos votos em mandatos a deputados é feita por meio do método de representação proporcional D’Hondt (Anós Té, 2023). Com isso, devido às instabilidades políticas, as coalizões são, em alguns casos, necessárias para garantir uma maioria parlamentar.

Historicamente, o PAIGC e o PRS têm sido os

partidos dominantes, formando um

[...] "núcleo duro" no sistema partidário da Guiné-Bissau que persiste no tempo. [...] os dois partidos que participaram de [quase] todas as eleições, congregam quase sempre a maioria das opções do eleitorado e dos assentos na ANP e que, por isso, contribuem para que o NEP [Número Efeito de Partidos] indique um sistema bipartidário ou um pluripartidarismo amenizado e para que a VT [Volatilidade Total] (e especialmente uma VTB [Volatilidade de Tipo B]) não alcance patamares elevadíssimo, embora não deixe de ser alta. Enfim, esse "núcleo duro" garante que esses indicadores não apontem para uma fragmentação e instabilidade claramente reconhecível no sistema partidário da Guiné-Bissau (Anós Té, 2023, p. 139).

Contudo, os conflitos políticos, inter e intra-partidários, levaram ao surgimento de diversas formações partidárias e, em alguns casos, ao deslocamento de alguns deputados para outras bancadas parlamentares, gerando novas configurações das coalizões. Esse fato acabou por influenciar a dinâmica da formação do governo e, conseqüentemente, gerou novos problemas governativos. As alianças, muitas vezes, são feitas desconsiderando as questões ideológicas e pragmáticas; em grande parte, considerando apenas os cargos governativos.

A primeira coalizão pré-eleitoral chamada União para Mudança (UM), formada na década de 1990, às vésperas das eleições multipartidárias, foi inicialmente criada para disputar com o PAIGC no cenário político e ideológico, e para governar, mas as disputas internas e as negociações não resultaram em efeitos positivos. A oposição via-se mais como inimiga política do que como uma alternativa ao PAIGC (Cardoso, 1995). Portanto, é importante que as coalizões não busquem exclusivamente cargos ministeriais, embora saibamos que a ocupação desses cargos seja orientada pela política de "busca de cargos", pois elas são importantes para a consolidação democrática e podem funcionar como um mecanismo hostil a determinados grupos políticos, como tem sido observado em grande parte da política guineense.

Por isso,

[...] um dos usos de coligações seria o posicionamento entre partidos políticos, sinalizando aos demais membros do campo político afinidades com determinados grupos e afastamento de outros. A motivação desta aproximação/afastamento pode se dever à intenção de, no momento pós-eleitoral ou mesmo durante um segundo turno, se aproximar de grupos políticos que tenham acesso a recursos valorizados, a começar pela máquina estatal. Neste sentido, é relevante considerar que a orientação das coligações pode não ter como alvo a orientação do eleitorado, seguindo a perspectiva ideológica, mas também serve para permitir a aproximação de grupos que controlam determinados centros do poder, tal como a Presidência da República ou o governo de um estado federado (Machado; Miguel, 2011, p. 42).

Dentre alguns estudos sobre as oposições na Guiné-Bissau, podem-se observar algumas características da oposição, entre as quais destacam-se a falta de enraizamento político e ideológico, oposição dividida (Cardoso, 1995), falta de maturidade política (Cardoso, 2000), partidos de um dono, ou seja, personificados (Nóbrega, 2003). A oposição representada pelo UM⁸ saiu derrotada nas primeiras eleições gerais (legislativas e presidenciais) de 1994. Naquela eleição, o PAIGC elegeu 62 deputados; o RGB/MB, 19; o UM, 6; o PRS, 12; e o FLING, 1 deputado (Mendy, 1996). Esses elementos levaram os partidos da oposição, no seio das suas estruturas, a darem-se ao luxo de ir para as eleições apenas com suas forças. Essa "arrogância" foi, porém, paga muito cara, sobretudo nas urnas. Na primeira eleição, a oposição não conseguiu eleger mais do que 38 deputados entre os 100 lugares (Cardoso, 1995).

Mesmo tendo vencido as eleições com a maioria absoluta, o PAIGC não conseguiu ter êxito ao longo da sua governança, o que culminou com a guerra de 7 de junho de 1998-1999. Depois do conflito, foram organizadas as eleições gerais no dia 28 de novembro de 1999: o PRS obteve 38 mandatos no parlamento, tendo o seu presidente, Koumba Yalá, eleito como Presidente da República; o RGB/MB, 29; o PAIGC, 24; o UM, 3; a AD (PCD-FD), 3; o Partido Social-Democrático

⁸ A UM foi uma coalizão de seis partidos: Frente Democrático (FD), Frente Democrático Social (FDS), Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE), Movimento de Unidade para a Democracia (MUDe), Partido Democrático do Progresso (PDP) e Partido para a Renovação e o Desenvolvimento (PRD) (Mendy, 1996). Sobre a história desses partidos, cf. Rudebeck (1997, p. 16 et seq.).

(PSD), 3; o FDS, 1; o UNDP, também 1 mandato no parlamento (Anós Té, 2023). O PRS, tendo uma maioria relativa, precisava formar uma coalizão pós-eleitoral para aprovar os seus instrumentos políticos; e assim o fez com a RGB, tendo deixado o PAIGC fora do governo. Porém, essa coalizão não durou anos: em 2002, o então presidente Koumba Yala dissolveu o parlamento, alegando crises institucionais, marcando as eleições para fevereiro de 2003. Essas eleições foram adiadas várias vezes e, em 2003, Yala foi deposto por meio de um golpe de Estado chefiado por Veríssimo Correia Seabra.

Em março de 2004, a Guiné-Bissau realizou mais uma eleição legislativa: o PAIGC conquistou 45 mandatos; o PRS, 35; o Partido Único Social Democrático (PUSD), 17; a União Eleitoral (EU), 2; e a Aliança Popular Unida (APU), 1 mandato na ANP. Os dois lugares preenchidos pela diáspora não foram ocupados, ou seja, não se realizaram as eleições legislativas na diáspora, ficando o parlamento apenas com 100 deputados nessa legislatura (Anós Té, 2023). O PAIGC formou uma coalizão para governar o País, porém, em 2005, Carlos Gomes Júnior, primeiro-ministro, foi demitido da sua função. Assim, engendraram conflitos políticos e a coalizão não conseguiu levar adiante o projeto.

Nas eleições legislativas, em novembro de 2008, o PAIGC obteve 67 eleitos; o PRS, 28; o Partido Republicano da Independência para o Desenvolvimento (PRID), 3; a Aliança Democrática (AD), 1; o Partido para a Nova Democracia (PND), 1 – totalizando 100 mandatos no parlamento. Os dois lugares destinados à diáspora não foram ocupados (Anós Té, 2023). Nessa legislatura, o PAIGC não via a necessidade de formar uma coalizão para aprovar os seus programas governativos, porém, mesmo com essa maioria absoluta qualificada, o partido não conseguiu estabilizar e fazer passar todos os seus dossiês no parlamento, abrindo espaço para as cíclicas igrejinhas.

Nas eleições realizadas em abril de 2014, o PAIGC obteve 57 assentos; o PRS, 41; o Partido da Convergência Democrática (PCD), 2; o Partido

para a Nova Democracia, 1; a União para a Mudança (UM), 1 assento – totalizando 102 lugares. Nessa legislatura, o PAIGC formou um governo de base alargada com todos os partidos e a sociedade civil. Porém, um ano após a formação do governo, engendraram-se novos conflitos dentro do PAIGC, o que culminou com a saída dos 15 deputados do partido. Assim, os 15 se aliaram ao PRS, formando, portanto, uma maioria no hemiciclo guineense. Essa coalizão reprovou os instrumentos de governança apresentados pelo governo do PAIGC, tendo elevado a crise até o fim da nona legislatura.

Em março de 2019, a Guiné-Bissau realizou as eleições legislativas, tendo o PAIGC conquistado 47 cadeiras; o MADEM-G15, 27; o PRS, 21; o APU-PDGB, 5; o PND, 1; o UM, 1 (CNE, 2019). Na sequência disso, o PAIGC formou uma coalizão com APU-PDGB, PND e UM, visando assegurar uma maioria. Assim, formou-se um governo liderado pelo PAIGC. Após a realização das eleições presidenciais de 2019-2020, tendo a Comissão Nacional das Eleições (CNE) declarado Umaro Sissoco Embaló como vencedor das eleições, este, em fevereiro de 2020, tomou posse simbólica e exonerou o governo do PAIGC liderado por Aristides Gomes, nomeando Nuno Gomes Na Bian como primeiro-ministro. Seguidamente, houve novas movimentações e coalizões entre PRS, APU-PDGB e MADEM-G15 com o "deslocamento" dos 5 deputados do PAIGC, tendo-lhes assegurado uma "maioria" no parlamento. Ao fazer isso, os diferentes partidos políticos conseguiram retirar o PAIGC do governo; aliás, não pela primeira vez – vale lembrar que nenhum governo eleito democraticamente conseguiu concluir os quatro anos de mandato como prevê a constituição do País.

Uma das maiores coalizões bem-sucedidas na era pós-independência na Guiné-Bissau talvez tenha sido a coalizão realizada em 2014-2015 entre o PAIGC e os demais partidos que tiveram mandato na ANP e da sociedade civil. Todos pareciam juntar-se para alavancar o processo do desenvolvimento e, durante esse período, a coalizão contribuiu para a restauração da estabi-

lidade política e governativa após anos de muita violência política no País.

Após Umaro Sissoco dissolver o parlamento em 2022, foram realizadas as eleições legislativas em junho de 2023, que foram vencidas pela Coligação Plataforma Aliança Inclusiva – Terra Ranka (PAI-TR). A plataforma é formada pelo PAIGC, UM, PCD, Movimento Democrático Guineense (MDG) e PSD. Ela ganhou as eleições legislativas com 54 mandatos, dos 102 que compõem o parlamento guineense; o Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), apoiado pelo presidente Umaro Sissoco Embaló, conquistou 29 mandatos; o PRS, 12; o Partido dos Trabalhadores Guineenses (PTG), 6; o APU-PDGB, 1 mandato. Mesmo com uma maioria confortável para aprovar os seus instrumentos, a PAI-TR fez coligação pós-eleitoral com o PRS e o PTG (CNE, 2023). No entanto, quatro meses após a tomada de posse do Primeiro-Ministro Geraldo João Martins, o Presidente da República decidiu dissolver o parlamento inconstitucionalmente, na sequência de algumas acusações por esclarecer, após uma reunião do Conselho de Estado, tendo nomeado um governo de iniciativa presidencial. O fato abriu um novo contorno às antigas cíclicas instabilidades.

Em alguns estudos sobre as coalizões partidárias no Brasil, observa-se a utilização de diade consistência/inconsistência, coerência/incoerência (Machado; Miguel, 2011). No caso da Guiné-Bissau, e não só, a utilização de diade pode obstaculizar a nossa compreensão no sentido mais abrangente de não manutenção das coalizões e das variações estruturais dos partidos políticos que fazem parte da coalizão. Por isso, consideram-se dois fatores, e não só dos estudos das coalizões, no caso guineense: 1) relacioná-las aos valores partidárias, considerando os posicionamentos políticos dos partidos aliados; e 2) as suas coerências/incoerências serão mais coerentes/incoerentes quanto mais estreitas forem as amplitudes das posições ideológicas que nelas se encontrarem (Machado; Miguel, 2011).

Para mais, a debilidade econômica do País, particularmente no contexto de uma (in)capa-

cidade de gerar as oportunidades de trabalho, faz com que, muitas vezes, os partidos formem coalizões sem princípios, numa tentativa de se manterem no governo para resolver as suas demandas pessoais e partidárias. Portanto, no atual cenário político guineense, faz-se necessário um acordo de coalizão com políticas de governança claras, possibilitando que as partes envolvidas adotem políticas comuns, assegurando o consenso, objetivos e visões partilhadas para manter a estabilidade governativa.

Muitos acordos de coalizões rubricados visam garantir a maioria no parlamento e aprovar os instrumentos governativos do governo, porém, entre todos eles, nenhuma coalizão chegou ao final do mandato de quatro anos. Os partidos políticos dominantes nas coalizões têm sido acusados de desrespeitar os acordos ou memorandos de entendimento, ou seja, as partes acusam-se mutuamente. O PAIGC, por exemplo, tem sido "acusado" de não cumprir com os acordos, de um lado; os aliados também têm sido acusados e culpabilizados pela situação, de outro. Essa troca de acusações tem afetado a eficácia das coalizões na Guiné-Bissau e, sobretudo, o desenvolvimento do País.

Conclusão

Tal como noutros regimes representativos do mundo, a política de coalizão tem sido muito comum no contexto político contemporâneo no parlamento guineense. Os estudos das coalizões guineenses exigem análises multidimensionais sobre as experiências, as sobrevivências e as (in) eficácias das coalizões formadas.

A formação das coligações na Guiné-Bissau enfrenta desafios de várias ordens: políticas, econômicas, sociais, ideológicas, disputas entre as lideranças, influência das forças armadas e dos fatores externos. Outrossim, a fragilidade institucional, a ineficácia da Justiça e a corrupção endêmica complicam ainda mais as relações inter e intrapartidárias. Esses fenômenos contribuem de forma significativa para uma situação política mais volátil, em que os governos de coalizão não sobrevivem até o final do mandato.

Para além desses problemas, a formação de governança por coligação não tem contribuído para aumentar a representatividade das mulheres e dos jovens nos espaços de tomada de decisão. Em alguns casos, os partidos políticos não têm criado canal para que haja uma maior representação e participação democrática, permitindo uma participação na elaboração das políticas pública. E, portanto, a (in)capacidade de manter as coalizões pode ser um dos indicadores importantes para a funcionalidade do sistema partidário e, conseqüentemente, para a estabilidade político-governativa.

Com isso, acredita-se que as coalizões partidárias na Guiné-Bissau são, de fato, um exemplo das complexidades e dos desafios político-governativos que o País atravessa desde a sua abertura política. Enquanto algumas coligações dão pistas para uma maior inclusão e, sobretudo, para formar uma maioria no parlamento, elas são demarcadas pelas vulnerabilidades que levam às sucessivas instabilidades inter e intrapartidárias. A eficácia dessas alianças será fundamental para a consolidação das instituições democráticas.

Isto posto, entende-se que este estudo possa servir como base para as futuras pesquisas sobre a democracia multipartidária, por isso, as lições podem nos indicar caminhos e boas práticas das formações de coalizões que consigam elevar o processo da consolidação da democracia no País. As experiências registradas neste escrito mostram que as coalizões devem ser estudadas, conforme as suas particularidades e cada uma exige arcaouços interpretativos que olhem para outros fatores: sistema político, lei das coalizões, estruturas dos partidos e consolidação ou não da própria democracia.

Referências

ANÓS TÉ, Paulo. Crise de legitimidade política e a cultura (anti)partidária na Guiné-Bissau em 2020-2021. In: Simpósio pós-estruturalismo e teoria social: novas reflexões sobre as democracias do nosso tempo, 4., Pelotas, 2022.

ANÓS TÉ, Paulo. Novos partidos políticos na Guiné-Bissau: uma análise dos seus impactos na institucionalização do sistema partidário (1991-2019). 2023. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

ANÓS TÉ, Paulo. SILVA, Julinho da. As elites políticas na Guiné-Bissau: das grandes jogadas à polarização política. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, v. 7, n.1, 2023.

ANÓS TÉ, Paulo; CANDÉ MONTEIRO, Artemisa. Regime do partido único (1973-1991): o que falhou? *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 9, n. 1, 2023.

AUGEL, Moema Parente. O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BARBER, Nicholas W. Populist leaders and political parties. *German Law Journal*, Germany, v. 20, n. 2, p. 129-140, 2019.

BM – BANCO MUNDIAL. Guiné-Bissau aspectos gerais. Guiné-Bissau, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Fl8o5P>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 259-282, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3MgEiUX>. Acesso em: 1 mar. 2023.

CARDOSO, Leonardo. A tragédia de 7 de junho de 1988: factos e comentários. *Soronda, Bissau, Especial 7 de Junho*, p. 87-104, 2000.

CARVALHO, Celia. Guiné-Bissau: Instabilidade como regra. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.

CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 1994. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 1999. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2004. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2008. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

- CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2014. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2019. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- CNE – COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (Guiné-Bissau). Resultados das eleições legislativas. Guiné-Bissau, 2023. Disponível em: <http://www.cne.gw/>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- DEEMEN, AD MA Van; VERGUNST, Noël P. Empirical evidence of paradoxes of voting in Dutch elections. *Public Choice*, Dordrecht, v. 97, n. 3, p. 475-490, 1998.
- DJALÓ, Mamadú. Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019). 2020. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco de Condé, 2020.
- DUVERGER, Mauri. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FERNANDES, Raul Mendes. Processo democrático na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau, v. 17, p. 31-44, 1994.
- GARCÍA-PELAYO, Manuel. El Estado de partidos (Revisión). *Revista De Las Cortes Generales*, [s. l.], n. 12, 479-484, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.33426/rcg/1987/12/1308>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- KADIMA, Denis. African Party Alliances: Comparisons, Conclusions, and Lessons. *The Politics of Coalition Building in Africa*. Auckland Park and Houghton, South Africa: EISA and Konrad-Adenauer-Stiftung, 2006a.
- KADIMA, Denis. The study of party coalitions in Africa. *The Politics of Party Coalitions in Africa*, South Africa, p. 1-14, 2006b.
- KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal. Bissau: INEP, 2001.
- LOPES, Carlos. A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado. Bissau: INEP, 1987.
- M'BUNDE, Timóteo Saba. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.
- MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luís Felipe. Padrões de coesão e dispersão: uma proposta de tipologia para coligações. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*, São Carlos, v. 20, n. 2, 2011.
- MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcântara (ed.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- MENDY, Peter Karibe. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe. *Pluralismo político na Guiné-Bissau: Uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996. p. 11-65.
- MEZZARROBA, Orides. A democracia, os partidos políticos e o Estado. *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 29-44, 2001.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.
- NÓBREGA, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: ISCSP, 2003.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 63, p. 53-192, out. 2008.
- RUDEBECK, Lars. "Buscar a felicidades": democratização na Guiné-Bissau. Bissau: INEP, 1997.
- SOUZA, Carolina Santiago Prado Durães. *Presidencialismo coalizão: notas expositivas sobre o caso brasileiro*. PtDocs, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3svGakx>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- STEUNENBERG, Bernard. Coalition theories: Empirical evidence for Dutch municipalities. *European Journal of Political Research*, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 245-278, 1992.
- ZEVERINO, Guilherme. *O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Centro de Documentação e Informação, Lisboa, 2005.

Ricardo Ossagô de Carvalho

É de nacionalidade guineense, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), doutor em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atualmente professor adjunto III na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), nos Cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Licenciatura em Sociologia e professor permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH).

Paulo Anós Té

Bacharel em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Brasil); licenciado em Sociologia pela mesma instituição. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL/Brasil) e doutorando em Ciência Política pela mesma universidade. Tem interesse no campo da Ciência Política, com ênfase nas instituições políticas, partidos políticos, representações políticas e democracia.

Policarpo Gomes Caomique

Bacharel em Ciências da Educação pela Escola Normal Superior Tchico Té. Graduado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Brasil) e licenciado em Sociologia pela mesma instituição. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil). Doutorando em educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço para correspondência

RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO

Rua Monsenhor Furtado, n. 1784, apartamento 305
Bairro Rodolfo Teófilo, 60430-355
Fortaleza, Ceará, Brasil

PAULO ANÓS TÉ

Rua Três de Maio, n. 1212, 96010-629
Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

POLICARPO GOMES CAOMIQUE

Av. Roraima, n. 1000, 97105900
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.